Relatório sobre os manuais escolares em Portugal

Hugo Cruz Marques
Jorge Cardoso
Sandra Fernandes

September 2024 - May 2025

Global Education Time

From school curricula to youth actions for sustainable development

globaleducationtime.eu

ESTUDOS

ECG
nos manuais



Ficha técnica:

Título:
Relatório sobre os manuais escolares em Portugal

Autoria:
Hugo Cruz Marques
Jorge Cardoso
Sandra Fernandes

Revisão:
Alexandra Dias da Silva
Amanda Franco
La Salete Coelho
Sandra Oliveira

Edição:
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo & 4Change

Ano de publicação: 2026

Concepção gráfica: Zerogravità - Agenzia creativa

ISBN:
DOI:

Ficha técnica

Ficha técnica: 1
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 4
SECÇÃO 1 5
1.1. Breve descrição dos manuais escolares em Portugal 5
SECÇÃO 2 6
2.1. Descrição geral dos manuais escolares 6
2.1.1. História, 8.º ano 6
2.1.2. Geografia, 8.º ano 7
2.2. Justificação da inclusão 8
2.3. Metodologia de auditoria 9
2.4. Caso 1 – Manual de História, 8.º ano 9
2.4.1. Alinhamento com os documentos curriculares 9
2.4.2. Prática pedagógica de ECG 9
2.4.3. Projecto GET: 4 grandes ideias 11
2.5. Caso 2 – Manual de Geografia, 8.º ano 14
2.5.1. Alinhamento com os documentos curriculares 14
2.5.2. Prática pedagógica de ECG 15
2.5.3. Projecto GET: 4 grandes ideias 15
SECÇÃO 3 19
3.1. Principais conclusões 19
3.2. Propostas 22
BIBLIOGRAFIA 24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Aprendizagens Essenciais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGE	Direcção-Geral da Educação
EDCG	Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global
MECI	Ministério da Educação, Ciência e Inovação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PASEO	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
RA	Resultados de Aprendizagem do GET
UE	União Europeia
WP2	Pacote de Trabalho 2 *(Mapeamento curricular nacional das oportunidades e desafios da ECG – Portugal)*

SECÇÃO 1

1.1. Breve descrição dos manuais escolares em Portugal

A adoção dos manuais escolares é da responsabilidade do Conselho Pedagógico de cada Agrupamento de Escolas. Esta adoção deve ser feita de forma fundamentada e pedagógica e em consonância com os princípios definidos pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI): "O conselho pedagógico do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada pode não proceder à adoção de manuais escolares, devendo, neste caso, ser comunicados os fundamentos da decisão aos serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência (MEC)" (Decreto n.º 81/2014, de 9 de abril, p. 2353). Quando os manuais escolares são adotados, são obrigatórios para todos os alunos.

No entanto, importa salientar que **tal se aplica à Geografia e à História** (e às restantes disciplinas obrigatórias, com exceção da Educação Física, das Tecnologias da Informação e Comunicação, da Educação Visual e da Educação Tecnológica) **mas não se aplica à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento**, cujos livros não são considerados manuais escolares oficiais. Além disso, poucos professores e escolas adotam os livros de Cidadania e Desenvolvimento na sua prática, pelo que se considerou que não têm relevância suficiente para serem analisados neste estudo.

Quanto aos autores dos manuais, em Portugal, **as editoras (entidades comerciais) selecionam ou convidam os seus próprios autores, mas existe um processo de avaliação e certificação dos manuais, realizado pelo MECI** (Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, p. 6214). Apenas os manuais que obtêm esta certificação podem ser adotados pelas escolas. Este processo de avaliação e certificação é realizado por equipas científicas e pedagógicas de entidades acreditadas pela Direcção-Geral da Educação (DGE) como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares. A título excecional, a avaliação pode ser realizada por comissões de avaliação, a constituir nos termos legais. **O Estado tem, portanto, um papel essencial na aprovação dos manuais escolares antes da sua publicação.**

No que diz respeito a este **processo de aprovação dos manuais escolares** , a Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário.

---

[1] Os agrupamentos de escolas são unidades organizacionais com órgãos próprios de administração e gestão, resultantes da agregação de escolas desde o pré-escolar até ao ensino secundário. A criação destes agrupamentos assenta numa visão de territorialização da educação e numa política de descentralização administrativa, fundamentada na ideia de que a escola faz parte da comunidade local. Trata-se, portanto, de uma política de racionalização de recursos, mas também de uma concepção democrática da gestão das instituições educativas.

[2] Fonte: https://www.dge.mec.pt/informacoes-gerais.

[3] Fonte: https://area.dge.mec.pt/sime/certificacao/faq#:~:text=2%20%E2%80%A2%20A%20quem%20cabe%20realizar%20a,de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%2C%20a%20constituir%20nos%20termos%20legais; Despacho n.º 10215/2015, de 14 de setembro.

O artigo 7.º desta lei estabelece que "São objetivos do procedimento de avaliação e certificação de manuais escolares garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais a adotar, assegurar a sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares em vigor e atestar que constituem instrumento adequado de apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo" (Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, p. 6214).

A **decisão sobre a aceitação das candidaturas dos manuais** para efeitos de avaliação e certificação compete ao dirigente do departamento do MECI responsável pela coordenação pedagógica e curricular.

Na avaliação dos manuais escolares para efeitos de certificação, **as comissões devem ter em conta os seguintes critérios** :

a) Rigor científico, linguístico e conceptual;
b) Adequação ao desenvolvimento das competências definidas no currículo nacional;
c) Conformidade com os objetivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares em vigor;
d) Qualidade pedagógica e didática, nomeadamente quanto ao método, à organização, à informação e à comunicação;
e) Possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto;
f) Qualidade material, nomeadamente robustez e peso.

As comissões de avaliação têm ainda em conta **os princípios e valores constitucionais** , nomeadamente a não discriminação e a igualdade de género, bem como a diversidade social e cultural da população escolar a que os manuais se destinam e a pluralidade dos projetos educativos das escolas.

A lista dos manuais certificados é publicada pelo MECI no seu site oficial. A partir daí, como referido, cada escola seleciona os manuais que deseja adotar.

Em conclusão, o processo de certificação desenvolve-se em **duas fases**:

a) Uma fase de avaliação e certificação dos manuais escolares por comissões de avaliação, que culmina na atribuição de uma certificação de qualidade científica e pedagógica;
b) Uma fase de avaliação e adoção pelos professores nas escolas, com vista a apreciar a adequação dos manuais certificados ao respetivo projeto educativo.

Quanto ao financiamento, a produção dos manuais não é diretamente financiada pelo Estado, mas os **manuais selecionados pelas escolas e adquiridos pelos alunos são indiretamente financiados pelo Estado.** Isto significa que os manuais escolares do 1.º ao 12.º ano são gratuitos para todos os alunos em Portugal (Declaração de Retificação n.º 51/2019, de 7 de outubro).

SECÇÃO 2

2.1. Descrição geral dos manuais escolares

2.1.1. História, 8.º ano

Público-alvo: História, 8.º ano (13/14 anos de idade).

Autores: Francisco Cantanhede, João Silva, Marília Gago, Paula Torrão.

Título: O fio da História.

Editora: Texto Editora - Grupo Leya Educação.



Breve descrição do manual:

Manual composto por 208 páginas. No início de cada subtema, apresentam-se um planisfério e uma linha cronológica para situar os acontecimentos no tempo e no espaço, fontes históricas e informação actual com questões de exploração e recursos multimédia acessíveis através de código QR. No final de cada subtema, incluem-se esquemas organizados por tema e uma síntese para revisão de conceitos, bem como auto-avaliações. Ao longo do manual, encontram-se textos curtos com questões contextuais, linhas cronológicas, mapas, gráficos, imagens, textos, questões de exploração, questões para orientar o auto-estudo, explicações de conceitos, actividades finais e remissões para outros manuais associados ao livro.

Preço de venda recomendado:

Os manuais escolares são fornecidos gratuitamente aos alunos do 1.º ao 12.º ano pelo Estado português. No entanto, podem ser adquiridos de forma independente, e este manual custa 24,49€.

Elementos adicionais:

O manual inclui elementos adicionais não abrangidos pelo programa de financiamento do Estado, como um caderno de actividades de apoio à aprendizagem e recursos digitais de aprendizagem.

Hiperligação: https://novosprojetos.leyaeducacao.com/ofiodahistoria8/.

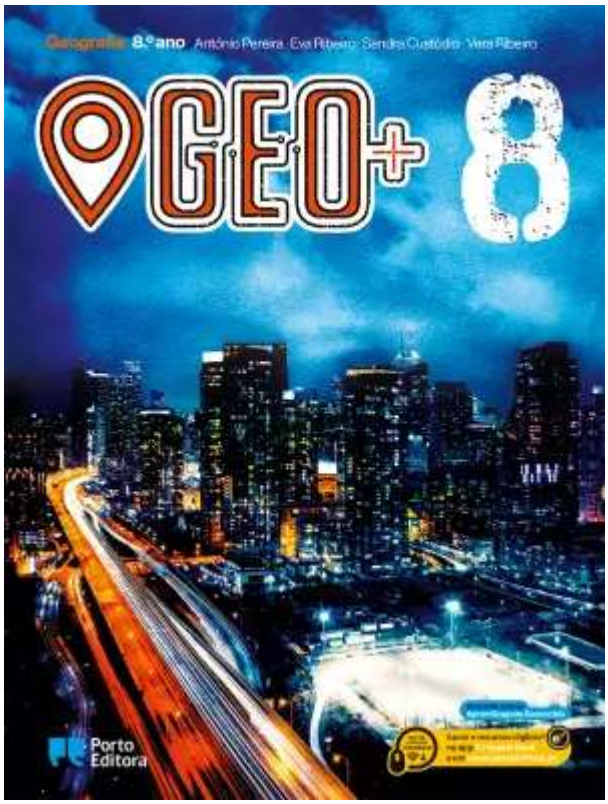
2.1.2. Geografia, 8.º ano

Público-alvo: Geografia, 8.º ano (13/14 anos de idade).

Autores: António Pereira, Eva Ribeiro, Sandra Custódio, Vera Ribeiro.

Título: Geo+ 8.

Editora: Porto Editora.



Breve descrição:

Manual composto por 208 páginas. Cada secção temática inclui uma parte com conceitos fundamentais e um questionário Geo+. Existe ainda outra parte do manual com conceitos,

atividades, um guia e ligações para recursos digitais e para o caderno de atividades. Além destas, cada secção temática inclui uma secção sobre Portugal (análise da realidade nacional) e, em alguns casos, uma secção sobre cidadania (propostas de cidadania ativa). A secção final é constituída por sínteses finais dos conteúdos e exercícios de consolidação. Ao longo do manual, são disponibilizados vários documentos e atividades de exploração, com conceitos na margem, questões como ponto de partida, mapas, gráficos e ilustrações.

Preço de venda recomendado:

Os manuais escolares são fornecidos gratuitamente aos alunos do 1.º ao 12.º ano pelo Estado português. No entanto, também podem ser adquiridos de forma independente, e este manual custa 22,28 €.

Elementos adicionais:

O manual inclui elementos adicionais não abrangidos pelo programa de financiamento gratuito do Estado, como o caderno de actividades +GEOPro e recursos digitais constituídos por resumos áudio, resumos vídeo e questionários.

Hiperligação: https://www.portoeditora.pt/produtos/ficha/geo-geografia-8-ano/25256497.

2.2. Justificação da inclusão

Os manuais escolares foram seleccionados de acordo com os seguintes passos:

1) Recorrendo à grelha de análise desenvolvida no Pacote de Trabalho 2 (WP2), identificaram-se os anos de escolaridade com maior sobreposição entre as Aprendizagens Essenciais (AE) e os Resultados de Aprendizagem (RA) do GET. Concluiu-se que o 8.º ano era aquele que reunia mais AE para as duas disciplinas – História e Geografia – nas quatro principais áreas temáticas do projeto GET. Assim, foi escolhido como o ano de escolaridade mais adequado para estudo, por permitir uma visão mais completa das evidências de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG).
2) Uma vez escolhido o ano de escolaridade, foi necessário escolher os manuais. Em Portugal existem dois grandes grupos editoriais de manuais escolares (Leya e Porto Editora), pelo que se decidiu analisar um manual de cada grupo editorial: História – Grupo Leya Educação; Geografia – Porto Editora.

Quanto a Cidadania e Desenvolvimento, conforme referido na secção 1, existem apenas livros específicos que podem ser utilizados, mas que não são considerados manuais escolares oficiais e,

[4]Estudo nacional n.º 2 do GET: "Mapeamento curricular nacional das oportunidades e desafios da ECG – Portugal" (disponível em: https://www.globaleducationtime.eu/portugal/wp-content/uploads/sites/4/2025/12/WP2_Portugal_abbreviated_version-1.pdf).
[5]Para efeitos destes estudos, utilizamos a terminologia Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG). Esta opção permite conjugar a terminologia com maior alcance em termos de políticas públicas (Educação para o Desenvolvimento) com a terminologia adotada pelo projeto GET em Portugal e que é cada vez mais aceite pelos atores escolares (Educação para a Cidadania Global).

como poucos professores e escolas adoptam estes livros específicos na sua prática, considerou-se que não têm a relevância necessária para serem analisados neste estudo.

2.3. Metodologia de auditoria

A base metodológica deste estudo assentou na criação de um instrumento específico de análise de conteúdo de cada manual escolar.

Este instrumento continha e procurava identificar:

- os RA propostos pelo projeto GET,
- as AE previamente identificadas no WP2,
- os conteúdos efetivamente presentes no manual que se cruzam com as duas dimensões anteriores,
- as propostas pedagógicas e metodológicas sugeridas no manual para o desenvolvimento dos conteúdos identificados e a forma como se cruzam com a EDCG,
- conclusões e recomendações baseadas na análise e na relação entre os pontos anteriores.

Para cada um destes pontos, foram recolhidas provas concretas do manual ou identificadas lacunas, e foram elaboradas conclusões e recomendações em torno destas secções.

A etapa final do processo consistiu na compilação e discussão dos resultados pelos membros da equipa de investigação, que complementou o conjunto de conclusões e recomendações já elaboradas. É com base na informação sistematizada neste instrumento e na compilação e discussão dos resultados que se deu resposta às questões colocadas.

2.4. Caso 1 – Manual de História, 8.º ano

2.4.1. Alinhamento com os documentos curriculares

De um modo geral, as AE de conhecimentos, capacidades e atitudes identificadas no WP2 estão presentes no manual, com duas exceções: uma AE identificada para a área temática das desigualdades de género e outra AE relativa ao tema das migrações. No que respeita ao tema das desigualdades internacionais, embora todas as AE identificadas estejam incluídas no manual, a forma como são concretizadas fica muito aquém do seu potencial para a EDCG. Quanto às AE especificamente orientadas para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) identificadas no WP2, a sua presença no manual é relativamente marginal.

Em conclusão, **embora exista um alinhamento geral do manual com as AE identificadas no WP2, foram identificadas lacunas nesse alinhamento e, em alguns casos, as referências e propostas relacionadas com estas AE estão sub-representadas** .

2.4.2. Prática pedagógica de ECG

De um modo geral, o manual contém propostas pedagógicas que procuram diversificar as metodologias de aprendizagem, como: "Temas com história"; "Pensemos nisso"; "Ser cidadão", etc.

Estas secções laterais oferecem maior potencial para trabalhar temas numa perspectiva de EDCG do que os conteúdos do corpo principal do manual. Um exemplo é o tema da escravatura, que é apresentado de forma neutra (ou mesmo como um produto/mercadoria comercial) no corpo principal do manual, ao passo que é frequentemente problematizado nestas secções laterais, correspondentes ao recurso a propostas metodológicas mais diversificadas.

Em consonância com esta abordagem, o manual recorre, por exemplo, a textos da época histórica com visões/perspectivas contrastantes sobre uma dada situação e, a partir daí, incentiva o debate e a tomada de posição dos alunos sobre a questão. Utiliza também imagens interpelantes que despertam as emoções dos alunos, abrindo espaço para uma exploração mais profunda dos temas. Em articulação com a dimensão da inclusão (ética), existem vários recursos registados e disponibilizados aos professores no manual para que possam escolher diferentes linguagens/formatos (por exemplo, debate, exercícios, utilização de trabalhos manuais, pesquisa, questionários, animações, mapas, etc.).

Como referido acima, importa assinalar o esforço de recorrer a algumas práticas pedagógicas interessantes no que respeita à questão da escravatura: há evidência de propostas de práticas de ensino de EDCG que utilizam textos contemporâneos da época histórica que questionam as "verdades" defendidas na altura, histórias vividas de pessoas oprimidas/escravizadas, imagens que levam à reflexão e um apelo a uma abordagem empática e humanista do tema.

Por outro lado, no tópico das Alterações Climáticas não existem referências a práticas pedagógicas que se cruzem com a EDCG.

Quanto ao tema das desigualdades de género, existem várias referências laterais e propostas de pesquisa sobre mulheres que se distinguiram na história, o que pode ser uma ferramenta pedagógica interessante para explorar questões de igualdade de género na sala de aula numa perspectiva de EDCG. No entanto, embora relevante, esta perspectiva proporciona uma leitura parcial da história, baseada em "heroínas" e não nos processos estruturais que influenciam intrinsecamente as vidas das mulheres.

2.4.3. Projecto GET: 4 grandes ideias

Alterações Climáticas

De um modo geral, e considerando que poucas AE remetem para os RA associados às alterações climáticas e que o próprio manual não os explora em profundidade, podemos considerar que **este tema está praticamente ausente do ensino da História no 8.º ano** .

Esta ausência é evidente mesmo nas duas AE associadas ao RA 1 (que é o único RA representado no manual), a partir das quais não se estabelece qualquer relação entre as alterações climáticas e as suas causas estruturais, como propõe o RA, sendo apenas introduzidos os conceitos de revolução industrial, antropocentrismo e capitalismo industrial e financeiro. Além disso, a relação entre as consequências locais e globais também é omitida no manual.

Assim, com base na análise efectuada, **o manual não examina criticamente os pontos seguintes, que consideramos terem potencial de melhoria e de aprofundamento** :

- Reflexão sobre as interligações entre a degradação dos recursos naturais e questões como o liberalismo económico e o capitalismo industrial e financeiro. De facto, existem evidências no manual da introdução do conceito de antropocentrismo e de capitalismo industrial e financeiro, mas estes surgem sem qualquer ligação ou discussão das consequências a longo prazo em termos de degradação dos ecossistemas, com repercussões no presente;
- Reflexão crítica sobre a forma como a expansão europeia e o consequente alargamento da compreensão da natureza afetaram, a longo prazo, positiva e negativamente, a preservação e conservação dos ecossistemas;
- A produção alimentar em massa e o seu impacto a nível local e global, bem como as suas consequências ambientais;
- Não foram identificadas referências à AE transversal "Valorizar a sensibilidade estética e a consciência ética, de modo a estabelecer uma relação harmoniosa e saudável consigo próprio e com os outros", que decorre do PASEO e se cruzaria com o RA 4;
- Seria importante introduzir propostas de mobilização para a ação em torno do tema, com base nas reflexões anteriores (em linha com o que propõem os RA 6 e 7).

Desigualdades de género

Tal como as poucas AE previstas no currículo de História do 8.º ano, **o manual estabelece também uma ligação muito fraca com as questões das desigualdades de género** , estando representados apenas os RA 1 e 3. No entanto, ao contrário das alterações climáticas, que estão ausentes do manual, neste caso **há um esforço para dar visibilidade à questão da igualdade de género** , com base em exemplos e referências laterais (e não ao nível do conteúdo central) a mulheres que deixaram a sua marca na história em diferentes áreas o que pode proporcionar oportunidades interessantes para explorar questões de desigualdades de género na sala de aula numa perspetiva de EDCG. Contudo, os professores devem ser cautelosos e cuidadosos ao fazer tais referências, pois estas podem conduzir a interpretações muito parciais da história, baseadas em "heroínas", sem analisar os processos estruturais que intrinsecamente influenciam as vidas das mulheres. Neste sentido, existe o risco de aprofundar a desigualdade e promover discursos que a reforçam em vez de combater.

Naturalmente, uma vez que o próprio currículo do 8.º ano é relativamente silencioso quanto às questões relacionadas com as desigualdades de género, seria de esperar que estas questões não fossem exploradas em profundidade no manual. Ainda assim, não foram identificadas referências ao conceito de feminismo, tal como proposto na AE do currículo de História do 8.º ano: "Identificar/aplicar os conceitos: feminismo; cultura de massas; meios de comunicação de massas; ciências sociais; futurismo; abstracionismo; modernismo".

Por este motivo e pelos acima referidos, **existe margem para melhoria nesta área. Apresentam-se seguidamente algumas potenciais oportunidades** para discussão adicional:

- Na secção referente ao ideal de beleza feminina no Renascimento, seria muito interessante pedir aos alunos que discutissem um conjunto de questões e problemas em torno deste ideal e das suas consequências, inclusive nos dias de hoje e em diferentes partes do mundo, em termos de desigualdades de género e de poder entre homens e mulheres.
- Os exemplos femininos reunidos no manual são apresentados como meras "curiosidades", o que não ajuda a aprofundar o papel estrutural das mulheres na sociedade, nem as desigualdades de poder a que têm estado sujeitas ao longo da história, até à atualidade – exemplo disso é o que se apresenta na página 113, onde se utiliza como referência um texto

de 1651 relativo às expectativas quanto ao papel da mulher. Tratando-se de um texto histórico, seria uma excelente oportunidade para propor um debate e uma exploração mais aprofundada da evolução do papel das mulheres na sociedade e das marcas que um sistema masculino e patriarcal opressor deixou até aos dias de hoje.
- Outra oportunidade para aprofundar este tema poderia ser introduzida a propósito da questão da pobreza da classe operária na sociedade industrial e das mulheres que trabalhavam por salários mais baixos – aspeto referido no manual. Seria muito relevante relacioná-lo com dados atuais sobre a desigualdade salarial de género a nível mundial e propor atividades específicas para que os alunos analisem esta tendência ao longo da história em diferentes partes do mundo.

Desigualdades internacionais

No que respeita aos diferentes RA relativos às desigualdades internacionais no manual de História do 8.º ano, foram identificadas sete AE, distribuídas por três destes RA (RA 2, RA 3 e RA 4). No entanto, a distribuição dos elementos curriculares (AE) no manual é desigual, com uma presença claramente maior no RA 2 do que nos outros dois.

Mesmo com algumas referências identificadas, **o tema das desigualdades internacionais raramente surge como foco dos conteúdos abordados, permanecendo sempre muito periférico** e dependente da leitura, do conhecimento e das competências pedagógicas dos professores. Num manual que reflete um currículo dedicado ao ensino da história numa dimensão global (com um foco evidente no papel do império português nas dinâmicas globais), alguns conteúdos são abordados de forma parcial e/ou sem a problematização que caracteriza as abordagens de EDCG.

Identificam-se de seguida os **principais pontos com potencial para a aprendizagem sobre desigualdades internacionais na perspetiva do ensino da história no 8.º ano** :

- A escravatura é um dos temas com maior potencial para abordar as desigualdades internacionais numa perspetiva histórica. No entanto, o tom geral dos conteúdos que abordam a escravatura, sobretudo no "corpo principal do manual", centra-se no comércio, identificando as pessoas escravizadas como mercadorias. Existem, contudo, algumas secções notáveis dedicadas ao tema que propõem uma abordagem crítica, relacional e empática, ancorada em visões e políticas de direitos humanos.
- Grande parte do conteúdo do manual centra-se na expansão marítima dos impérios europeus para outros continentes. Neste contexto, as poucas e superficiais referências a outros contextos (povos e ecossistemas) desperdiçam várias oportunidades de explorar com maior profundidade conceitos de respeito pela diferença e de empatia, ou mesmo processos de questionamento de paradigmas de governação que contribuíram para o aprofundamento de várias formas de desigualdade internacional.
- O manual não contém qualquer conteúdo que identifique (ou, pelo menos, problematize) o processo histórico de expansão imperial como fonte para a compreensão das atuais desigualdades internacionais, económicas e outras.

Migrações

De um modo geral, e considerando que apenas foram identificadas sete AE que remetem para os RA do projecto relacionados com as migrações (abrangendo apenas três destes – RA 1, 2 e 3) e que uma dessas AE não consta do manual, podemos considerar que **este tema está pouco presente no manual**.

Ainda assim, a abordagem das seis AE identificadas e apresentadas no manual está, em geral, em linha com os três RA abrangidos e consegue alargar essa abordagem ao RA 5. Em particular, **é de salientar o tratamento dado pelo manual aos seguintes tópicos/conteúdos** :

- Escravatura e comércio de escravos (RA 1 e 2), nomeadamente através das propostas de práticas pedagógicas de questionamento alinhadas com a EDCG, ainda que se critique a forma como o tema é tratado quando surge associado a questões económicas, de forma neutra e normalizada, como qualquer outro produto/mercadoria comercial;
- Causas da emigração nacional (RA 2), não só na segunda metade do século XIX, mas também as relacionadas com o período da expansão, embora estes conteúdos não sejam acompanhados de propostas pedagógicas particularmente interessantes;

O conceito de "aculturação", apresentado criticamente, e algumas ligações às ideias (implícitas) de multiculturalismo e interculturalismo (RA 2, 3 e 5), acompanhado de uma proposta pedagógica interessante em linha com a EDCG.

Como oportunidade para explorar o tema, sugere-se que a questão da emigração nacional seja examinada com maior profundidade, tanto no período da expansão como na segunda metade do século XIX, em particular no que diz respeito às suas consequências, às políticas associadas e à integração destes movimentos migratórios num contexto mais amplo de migração, não apenas a nível europeu, mas incluindo também outras regiões do globo.

2.5. Caso 2 – Manual de Geografia, 8.º ano

2.5.1. Alinhamento com os documentos curriculares

As AE de conhecimentos, capacidades e atitudes identificadas no WP2 estão presentes no manual. No entanto, algumas das AE propostas são apresentadas de forma muito marginal, particularmente as relativas à cooperação e ao diálogo internacionais. Além disso, os apelos à ação propostos para as AE identificadas centram-se apenas no tema do ambiente e das alterações climáticas, estando ausentes nos outros três temas propostos pelo projeto GET. Quanto às AE especificamente orientadas para o PASEO identificadas no WP2, a sua presença no manual é relativamente marginal.

Em conclusão, **embora exista um alinhamento geral do manual com as AE identificadas no WP2, foram identificadas lacunas nesse alinhamento e, em alguns casos, as propostas relacionadas com estas AE estão deficientemente apresentadas** .

2.5.2. Prática pedagógica de ECG

Ao longo do manual, existem propostas metodológicas com potencial de exploração: a análise de documentos, o jogo de papéis, as rotas das cadeias de abastecimento e a apresentação dos conteúdos sob a forma de quadros de vantagens e desvantagens podem ser utilizados para propor espaços de análise dos conteúdos em linha com a EDCG. No entanto, estas possibilidades dependem fortemente da intencionalidade dos professores e também da sua formação específica na área da EDCG, uma vez que, em geral, os conteúdos não são apresentados de forma crítica nem numa perspetiva de EDCG.

O manual apresenta secções específicas (secção "+ Cidadania") com propostas metodológicas interessantes que têm potencial para serem trabalhadas numa perspetiva de EDCG, mas este potencial poderia ser mais explorado no âmbito dos quatro temas do projeto GET: existem muitas propostas pedagógicas de EDCG centradas no tema das Alterações Climáticas, mas não existem referências nem propostas pedagógicas na área das Desigualdades de Género. Nos temas das Desigualdades Internacionais e das Migrações, existem algumas propostas pedagógicas interessantes, mas insuficientes, e algumas delas têm mesmo potencial para ser utilizadas de forma a entrar em conflito com a dimensão pedagógica da EDCG.

Foi possível identificar no manual três abordagens recorrentes que são consideradas contrárias às propostas e práticas pedagógicas de EDCG:

- Existe uma abordagem prescritiva das soluções à luz de uma visão eurocêntrica (exemplo: em relação à saúde, as propostas são feitas à luz de um conceito eurocêntrico do que constitui uma sociedade saudável);
- Existe muito pouco cruzamento entre temas (exemplos: entre questões ambientais e económicas; entre questões populacionais/demográficas e as relacionadas com as actividades económicas);
- A representação gráfica reforça narrativas estereotipadas (exemplos: a imagem inicial do tema Mobilidade destaca a polícia em vez das pessoas/migrantes; a Europa é frequentemente representada de forma idílica em contraste com outros países, que são quase sempre representados através de imagens com uma conotação negativa).

2.5.3. Projecto GET: 4 grandes ideias

<u>Alterações Climáticas</u>

O manual apresenta muitas evidências, não só do currículo/AE propostos, mas também de referências e propostas de reflexão e de estudo aprofundado sobre questões ambientais, com evidências presentes sobretudo para o RA 1 e o RA 2. Os RA 6 e 7 também apresentam várias evidências, mas provenientes da secção "+ Cidadania", que propõe atividades específicas a desenvolver com os alunos ou por eles. Existem, portanto, várias oportunidades neste manual para estudo aprofundado e reflexão com os alunos, que permitem explorar o tema das Alterações Climáticas.

Os conteúdos dividem-se em três tipos:

- O primeiro refere-se à identificação das causas dos problemas ambientais que contribuem para as alterações climáticas. A este respeito, é feita menção ao crescimento urbano, à produção de resíduos ambientais e eletrónicos resultante da era digital e à exploração excessiva dos recursos naturais decorrente do crescimento económico, da indústria e do aumento da população. São detalhados os impactos negativos da indústria extrativa, da agricultura intensiva, da pecuária, da sobrepesca, da aquicultura, da indústria transformadora, do consumo em massa, do turismo e dos transportes. Neste contexto, estabelece-se também uma ligação entre a degradação ambiental/desastres ambientais e as migrações.
- O segundo está associado às soluções que têm sido implementadas para contornar os efeitos negativos dos problemas identificados no primeiro ponto, nomeadamente a exploração de fontes de energia renováveis, a agricultura biológica, a utilização de energias limpas nos transportes e o turismo sustentável. É também identificado o papel das florestas como aspeto fundamental para o equilíbrio do planeta, mencionando-se igualmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a necessidade de descarbonização.
- O terceiro contém propostas de atividades e ações na sala de aula, na escola e na comunidade, que se encontram na secção "+ Cidadania" do manual, cuja ligação ao tema da ação climática e ambiental é muito presente.

Apesar das evidências fornecidas pelo manual ao nível ambiental, tendo em conta as propostas deixadas pelos RA do projecto GET, **há margem para melhoria e poderia ser interessante que os conteúdos e os exercícios remetessem para uma maior problematização com base em variáveis relacionadas com as alterações climáticas** , particularmente quando:

- Se faz referência à exploração de recursos e riquezas do subsolo como forma de fixar a população, mas sem abordar as suas consequências sociais e ambientais, algo que, neste contexto, seria muito pertinente.
- São explicados os fatores históricos e sociais que favorecem o surgimento de concentrações populacionais e o desenvolvimento tecnológico é explicitamente mencionado como algo que "permite ultrapassar muitas das limitações impostas pelos fatores naturais", mas, mais uma vez, sem problematizar nem colocar aos alunos questões que lhes permitam discutir as consequências que a "superação de limitações" pode implicar.
- A importância de reduzir as emissões de gases nocivos é mencionada apenas na perspetiva da melhoria da qualidade de vida nas cidades, sem abordar nem questionar os efeitos em termos de alterações climáticas.
- Apenas se menciona que as zonas industriais se localizam longe do centro devido à sua elevada pressão ambiental, mas sem questionar essa pressão, o que pode contribuir para a sua normalização ou para que seja simplesmente considerada uma inevitabilidade sobre a qual não se pode agir nem que se pode alterar. Em linha com isto, o manual apresenta também dados objetivos sobre a distribuição da população e os fatores que a influenciam. No entanto, há pouca ou nenhuma ligação entre estes fenómenos e as alterações climáticas, ou mesmo com a interdependência local-global. Valeria a pena, pelo menos, que esta questão fosse tema de discussão e questionamento na secção "+ Cidadania". De facto, as questões e propostas neste tópico dizem apenas respeito à qualidade de vida, sem propostas associadas às alterações climáticas.

Por último, e numa perspectiva mais ampla, seria pertinente abordar e explorar o papel das estruturas de governação global e a forma como interagem com as estruturas nacionais e locais no

que respeita às alterações climáticas, como proposto no RA 3, abordagem que está ausente do manual.

Desigualdades de género

Em linha com a presença mínima deste tema no currículo, **o manual também não aborda as questões das desigualdades de género**. O mesmo se aplica aos RA, que são praticamente inexistentes no manual. As únicas referências que poderiam ser ligadas às desigualdades de género dizem respeito aos direitos humanos em geral, pelo que a introdução ou não da igualdade de género dependerá sempre do professor e poderá estar indirectamente associada ao RA 7.

Dada a omissão em matéria de desigualdades de género, **são apresentadas algumas propostas de cruzamento**, com base na leitura do manual:

- Seria relevante examinar a influência da globalização na cultura numa perspetiva de igualdade de género.
- Seria pertinente analisar os impactos dos diferentes tipos de indústria na desigualdade de género, discutindo os fatores que conduzem às desigualdades salariais, mas também o papel das mulheres como força de trabalho fundamental e elemento-chave na gestão dos orçamentos familiares.
- A indústria transformadora e a agricultura são destacadas como duas indústrias com enormes impactos ambientais e sócio-económicos negativos, e esses impactos são detalhados. Seria uma excelente oportunidade para mencionar e detalhar os impactos específicos em termos de desigualdades de género.
- Explica-se que o sector terciário está "ligado à feminização da população ativa, que ocupa posições nos serviços de estética ou de limpeza". No entanto, esta observação não é acompanhada de qualquer discussão sobre as dinâmicas de poder e os estereótipos associados a esta distribuição profissional da população ativa feminina. Esta secção seria uma boa oportunidade para o fazer, em ligação com a discussão das dinâmicas de poder proposta pelo RA 1.

Desigualdades internacionais

A presença de AE referentes às desigualdades internacionais no manual é relativamente baixa. Foram identificadas quatro, distribuídas por três RA diferentes (RA 5, RA 6 e RA 7).

Num currículo que baseia os seus conteúdos em leituras demográficas divididas entre os contextos nacional e internacional, a utilização de gráficos e de leituras demográficas no manual torna-se importante para abordar os contrastes demográficos internacionais, contextualizados por referências a fatores sociais e históricos. No entanto, no que diz respeito à abordagem de EDCG, faltam leituras críticas sobre as diferentes questões identificadas, em especial sobre a que se baseia nas interdependências local-global.

No que diz respeito às possibilidades de uma abordagem crítica a estes conteúdos centrada no tema das desigualdades internacionais, há vários pontos que poderiam ser considerados para reflexão e ajustamento:

- As várias leituras comparativas utilizadas em temas como a demografia, a saúde, a habitação, etc., mostram uma série de desigualdades entre países e regiões, mas raramente são questionadas, sendo apresentadas num formato meramente factual.

- Em geral, os conteúdos identificados que se referem a este tema no manual raramente ou nunca são abordados na perspetiva da interligação entre o local e o global.
- Não são estabelecidas ligações intencionais entre os grandes movimentos migratórios e as desigualdades globais que os motivam.
- O conceito de desenvolvimento é apresentado como um conceito fechado, dicotomizado e simplificado, propondo uma interpretação ocidentalizada em vários termos que o caracterizam como progressivo e desejável (exemplos: os países desenvolvidos têm controlo sobre a natalidade, os países em desenvolvimento não controlam a natalidade; os países desenvolvidos são ricos, os países em desenvolvimento aspiram à riqueza; os países desenvolvidos são ordenados, os países em desenvolvimento são desordenados).

Migrações

Considerando o elevado número de AE, ações estratégicas e conceitos do currículo do 8.º ano que remetem para os RA relacionados com as Migrações (abrangendo todos estes RA), considera-se que **a abordagem do manual é heterogénea, apresentando, ainda assim, mais falhas do que virtudes**.

No que diz respeito à **presença no manual das AE, ações estratégicas e conceitos identificados no WP2** para o 8.º ano, existem diferentes níveis de concretização:

- As AE e os conceitos relacionados com os RA 1, 2 e 6 (este último parcialmente) são extensamente abordados.
- As AE e os conceitos relacionados com os RA 3 e 5 estão presentes e são abordados (embora não extensamente).
- A AE identificada para o RA 4 é abordada de forma indireta.
- A ação estratégica para o tema Atividades Económicas identificada para o RA 6 e a AE identificada para o RA 7 não são abordadas.

Assim, desde logo, estão ausentes do manual as AE relacionadas com a importância do diálogo e da cooperação internacional na preservação da diversidade cultural e com a participação activa em campanhas de sensibilização para minimizar os impactos ambientais, sócio-económicos e culturais da distribuição e fixação da população. O mesmo se aplica à acção estratégica proposta para o tema "Actividades Económicas", que consiste em fazer projecções tendo em conta os desafios demográficos e de sustentabilidade que Portugal enfrenta, perdendo-se assim uma oportunidade de introduzir as questões demográficas e migratórias neste tema.

Analisando a **relação entre as AE e os conceitos identificados no WP2 para o 8.º ano que estão presentes no manual e os RA propostos pelo projecto** , encontramos novamente uma diversidade relativa:

- As AE e os conceitos relacionados com os RA 1, 5 e 6 têm, em termos gerais, uma abordagem que está em linha com o sentido destes RA, sobretudo em termos de informação e conceitos básicos, propondo o manual, pontualmente, algumas ligações relevantes (exemplo: ligação entre a aceitação da diversidade, o multiculturalismo e o interculturalismo e o combate ao conflito social, ao racismo e à xenofobia);
- As AE relacionadas com os RA 2 e 3 têm, em termos gerais, uma abordagem que está em linha com o sentido destes RA, mas omitem ou apresentam abordagens questionáveis de questões fundamentais (exemplos: no RA 2, omissão da ligação entre alterações climáticas

e migrações; no RA 3, as questões relacionadas com a identidade cultural apresentam propostas que podem ser interpretadas como apologéticas da cultura nacional);
- A abordagem dos conceitos relacionados com o RA 4 não corresponde ao sentido deste RA.

Assim, identifica-se de seguida um conjunto de **oportunidades a considerar que poderiam reforçar a eficácia do tema das Migrações** no manual:

- Estabelecer uma ligação mais forte entre os dois principais temas do currículo do 8.º ano – "População e povoamento" e "Atividades económicas" – nomeadamente relacionando as questões demográficas e o papel das migrações no desenvolvimento das atividades económicas em Portugal, em linha com a Ação Estratégica proposta pelo currículo no tema "Atividades Económicas" ("fazer projeções, nomeadamente tendo em conta os desafios demográficos e de sustentabilidade que Portugal enfrenta").
- Na atividade "+ Cidadania" do subtema "Mobilidade", optar por uma abordagem mais abrangente, introduzindo também a emigração a partir da União Europeia (UE) e os fluxos migratórios internos na UE.
- Rever a abordagem à questão da imigração para a Europa, concretamente a afirmação de que a Europa "não pode acolher todos estes imigrantes", feita sem apresentar qualquer evidência de suporte nem dar oportunidade de contra-argumentação.
- Introduzir conteúdos e atividades relacionados com as ligações entre as alterações climáticas e as migrações.
- O subtema "Diversidade Cultural" deveria abordar de forma mais eficaz o valor da diversidade/diferença, por exemplo dedicando-lhe a sua atividade "+ Cidadania" (em vez de se centrar apenas num aspeto da cultura nacional), e deveria também abordar de forma mais direta a questão do diálogo intercultural.
- Tendo em conta a diversidade cultural existente no país, introduzir atividades baseadas em histórias e experiências concretas de imigrantes em Portugal, bem como de emigrantes portugueses a viver fora do país
- Apresentar os conceitos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de forma mais abrangente e inter-relacionada.
- Introduzir a AE do RA 7, desenvolvendo-a a partir de uma proposta de ação experiencial, coletiva e de participação cidadã.

SECÇÃO 3

3.1. Principais conclusões

Em primeiro lugar, importa salientar que esta análise se baseia em apenas num manual por disciplina, o que não constitui uma amostra suficientemente robusta para retirar conclusões que possam ser generalizadas de forma linear. Para o futuro, recomenda-se que este exercício seja realizado com uma amostra mais alargada de manuais de diferentes editoras para a mesma disciplina.

Tendo em conta a amostra deste estudo, são feitas algumas considerações com base na análise dos manuais selecionados para cada uma das disciplinas, que poderão fornecer pistas para uma eventual análise adicional do currículo numa perspetiva de EDCG.

Numa perspetiva transversal, importa salientar que existem conteúdos das duas disciplinas que se cruzam entre si. Mas **contrariamente ao que é recomendado nas Ações Estratégicas orientadas para o PASEO em ambas as disciplinas, esta ligação interdisciplinar não é explicitamente proposta nem concretizada nos manuais** . Para além desta falta de cruzamento, foram também identificadas formas contraditórias de apresentar estes conteúdos, que merecem atenção. Por exemplo, enquanto o manual de História se refere à "Expansão" (seguindo os estudos e as orientações mais recentes a este respeito), o manual de Geografia continua a utilizar o conceito de "Descobrimentos", que conceptualmente oferece uma visão e uma narrativa muito diferentes das da "Expansão".

Por fim, como esta análise incide sobre a EDCG a partir do 8.º ano, **questionamos o facto de os exemplos utilizados em ambos os manuais, para cada disciplina, se restringirem sobretudo a Portugal**. Esta opção faria sentido no 5.º e 6.º anos (em que a disciplina se designa "História e Geografia de Portugal"), mas não no 8.º ano, em que História e Geografia não são a mesma disciplina. A este respeito, e numa perspetiva de EDCG, **seria importante adotar uma abordagem mais global do que nacional** .

Para além desta abordagem transversal, apresentam-se também de seguida as principais conclusões para as disciplinas de História e de Geografia.

Relativamente ao **manual de História**, importa começar por referir as conclusões extraídas da análise da disciplina de História no WP2, cujas AE foram inicialmente identificadas como insuficientes e frágeis, tendo em conta os RA. Nessa medida, ao analisar o manual de História, é expectável que este reflita essa insuficiência e fragilidade. Ainda assim, e **de um modo geral, as AE identificadas estão representadas no manual, embora sub-representadas em algumas situações**.

No que diz respeito aos quatro temas do projeto e respetivos RA, a análise do manual levou-nos a considerar que **os quatro temas estão pouco representados no manual, em especial o tema das Alterações Climáticas, que é, aliás, omitido** . Existem referências aos restantes três temas, mas também estas são bastante periféricas. No caso das Desigualdades de género, há um esforço para referir as mulheres, mas de forma muito lateral e sem levantar questões. Quanto às Desigualdades internacionais, o tema raramente surge como foco dos conteúdos abordados, sendo muito periférico e dependente da leitura, do conhecimento ou das competências pedagógicas dos professores. Por fim, no caso das Migrações, as referências ao tema do ponto de vista dos RA são também bastante escassas.

Além disso, **o manual apresenta conteúdos que podem ser considerados conflituantes/incoerentes** , nomeadamente:

1) Uma certa glorificação da Expansão marítima do império português, que pode ser interpretada numa perspetiva comercial, referindo o papel do controlo das rotas comerciais e da acumulação de riqueza interna, e numa perspetiva cultural, centrada no papel das rotas comerciais como ponto de encontro de culturas; ao mesmo tempo, o manual apresenta conteúdos relacionados com a violência e a opressão associadas a esta mesma Expansão;
2) Quando associada a questões económicas, a escravatura é tratada de forma neutra. É normalizada ao nível de qualquer outro produto/mercadoria comercial, ao passo que, quando associada a questões sociais, como as relações humanas, os impactos sociais e os direitos humanos, a escravatura é abordada de forma crítica, denunciando a sua violência e desumanização.

No plano pedagógico e metodológico, e **com base nos recursos adicionais e nas questões apresentadas na margem do manual, há um conjunto de oportunidades perdidas para desafiar os alunos a explorar os temas com maior profundidade** , como complemento dos conteúdos introduzidos.

Por fim, tratando-se de um manual de História (cujas narrativas e perspetivas decorrem de escolas de pensamento e de investigação), consideramos importante **questionar o facto de não existirem referências bibliográficas que sustentem os conteúdos apresentados** no corpo principal do texto e que justifiquem as narrativas escolhidas para apresentação.

Quanto ao **manual de Geografia** , tal como no caso da História, importa ter presente que a análise aqui realizada se baseia nas AE identificadas para a disciplina no WP2. Neste caso, e **em geral, as AE estão também refletidas no manual, com exceção das Ações Estratégicas orientadas para o PASEO**. Especificamente, no quadro da disciplina e do manual de Geografia analisado, o tema das **Alterações Climáticas é aquele que apresenta as evidências mais explícitas e intencionais** em termos de conteúdos e de oportunidades de trabalho, aprofundamento e mobilização para a ação na disciplina de Geografia do 8.º ano. Pelo contrário, o tema da **Igualdade de Género é omitido do manual**. No caso das Desigualdades Internacionais, a presença de AE que promovem aprendizagens de EDCG no manual de Geografia do 8.º ano é relativamente baixa, pelo que a sua presença no manual reflete também essa fragilidade, embora os temas abordados no manual tenham grande potencial para abordar as desigualdades a nível global. Por fim, no caso das Migrações, e tendo em conta o elevado número de AE, ações estratégicas e conceitos do currículo do 8.º ano que remetem para os RA relacionados com as Migrações, considera-se que a abordagem do manual é heterogénea, apresentando, ainda assim, mais falhas do que virtudes.

Importa ainda salientar que **algumas AE são apresentadas no manual de forma acrítica e muito superficial** , em particular no que respeita à cooperação e ao diálogo internacionais, que seriam centrais numa perspetiva de EDCG.

No que respeita às propostas pedagógicas, **as propostas de mobilização para a acção incidem apenas no ambiente e nas alterações climáticas** , sem qualquer menção aos outros três temas propostos pelo projeto. **O formato é por vezes prescritivo e eurocêntrico** , com representações gráficas que podem, nalguns casos, reforçar estereótipos desenvolvimentistas. Em geral, o manual apresenta áreas específicas de interesse metodológico (secção "+ Cidadania"), mas cujo potencial poderia ser mais explorado no âmbito dos quatro temas do projeto.

Por fim, **há muito pouco cruzamento entre temas** , algo que poderia ajudar os alunos e os professores a desenvolver competências de pensamento complexo e crítico.

3.2. Propostas

Numa perspetiva transversal, em ambas as disciplinas, História e Geografia, consideramos importante **rever os conteúdos humanistas apresentados de forma neutra** . Um exemplo disso é o facto de a escravatura ser tratada de forma neutra, particularmente quando associada a questões económicas, em que é listada/referida da mesma forma que qualquer outro produto/mercadoria comercial.

Importa ainda salientar que, **no caso da História, valeria a pena cruzar os conteúdos da disciplina com dados atuais** , ajudando a compreender as causas históricas estruturais subjacentes a muitos dos problemas que enfrentamos hoje. No plano pedagógico, **seria interessante cruzá-los com excertos de notícias atuais** , que poderiam ser utilizados para criar várias linhas de reflexão possíveis. Este tipo de exercício permitiria também aos alunos compreender o valor do estudo da história na reflexão sobre a atualidade e na construção de um pensamento crítico complexo e não simplista.

Por fim, do ponto de vista das propostas, **gostaríamos de salientar a importância das secções dedicadas à identificação das "4 grandes ideias" para cada disciplina** (secções 2.4.3. e 2.5.3.)**, que descrevem em pormenor um conjunto de propostas relativas a conteúdos temáticos e a possibilidades de aprofundamento em cada disciplina para os quatro temas do projeto** . Estas sugestões podem ser úteis não só para as editoras, mas também para os professores, que poderão introduzir nas suas aulas outros tipos de questões que possam apoiar a prática docente numa perspetiva de EDCG, mas que não mereceram repetição nesta secção.

Apresentam-se de seguida as propostas por destinatário:

- Editoras de manuais escolares
- Recursos específicos de EDCG – Tal como existem em ambos os manuais ligações para vários recursos educativos, seria importante existirem ligações específicas para recursos educativos de EDCG já existentes, para aprofundamento temático e metodológico.
- Integração de especialistas – Seria interessante e importante integrar na equipa de autores do manual especialistas da área da EDCG, e não apenas especialistas da disciplina ou professores. Isto alargaria o espectro de conhecimentos e de experiência da equipa e poderia trazer outras perspetivas para os manuais.
- Ligação entre manuais – Dado que existem conteúdos sobrepostos nos currículos das duas disciplinas, seria interessante estabelecer algum tipo de ligação/proposta interdisciplinar para os trabalhar de forma integrada.
- Bibliografia – Considerando que as narrativas são construídas com base em diferentes escolas de pensamento, seria importante especificar as principais fontes em que os manuais se baseiam.
- Aprendizagem experiencial – Do ponto de vista metodológico, o trabalho sobre temas e conteúdos através de abordagens pedagógicas de base mais experiencial e participativa valorizaria os manuais.
- Professores

- Secções específicas dos manuais – Do ponto de vista do processo de aprendizagem e ensino da EDCG, é importante explorar as secções dos manuais que propõem processos de reflexão crítica sobre os temas.
- Trabalho interdisciplinar – O trabalho interdisciplinar é fundamental na EDCG, pelo que beneficia da introdução de conteúdos semelhantes trabalhados em ambas as disciplinas.
- Formação temática e metodológica – Complementar a formação na área de conhecimento com formação especializada em EDCG.

- Equipa do projeto GET
  - Âmbito das fontes – No futuro, seria importante realizar uma leitura mais abrangente desta análise, incluindo uma amostra maior de manuais.

BIBLIOGRAFIA

- Decreto n.º 81/2014, de 9 de abril, Diário da República n.º 70/2014 – I Série, páginas 2353-2355. Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/2014/04/07000.pdf.
- Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, Diário da República n.º 165/2006 – I Série, páginas 6213-6218. Disponível em: https://files.diariodarepublica.pt/1s/2006/08/16500/62136218.pdf.
- Declaração de Retificação n.º 51/2019, de 7 de outubro (à Lei n.º 96/2019), Diário da República n.º 192/2019 – I Série, página 3. Disponível em: https://files.diariodarepublica.pt/1s/2019/10/19200/0000300003.pdf.
- Pereira A., Ribeiro E., Custódio, S., Ribeiro V. (2025), Geo+ 8. Porto Editora. Disponível em: https://www.portoeditora.pt/produtos/ficha/geo-geografia-8-ano/25256497
- Cantanhede, F., Silva, J., Gago, M., Torrão P. (2025), O fio da História. Texto Editora – Grupo Leya Educação. Disponível em: https://novosprojetos.leyaeducacao.com/ofiodahistoria8

Websites consultados:

- https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ManuaisEscolares/circular_conjunta_dge_anqep_2025.pdf
- https://www.dge.mec.pt/informacoes-gerais
- https://area.dge.mec.pt/sime

Global Education Time

From school curricula
to youth actions
for sustainable development

globaleducationtime.eu



Lead Partner

CISP
COMITATO INTERNAZIONALE PER LO SVILUPPO DEI POPOLI

Project Partners

APA A PARTNERSHIP with AFRICA

diamorfosis Innovation Organization for Sustainable Development

ARPOK

COOPERAEUSKADI ONGD

GRUPA ZAGRANICA

4CHANGE

Associazione Luciano Lama O.D.V.

CAONGD Coordinadora Andaluza de ONGD

Alliance for Regional and Civil Initiatives

ΑΗΜΟΣ ΚΑΣΤΟΡΙΑΣ

Associated Partner

unipvc Escola Superior de Educação

SUN RISE SMALLER (STRATEGIC) UNIVERSITIES NETWORK FOR REGIONAL INNOVATIVE AND SUSTAINABLE EVOLUTION

Co-funded by the European Union

Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.